

ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	11
Demonstrações contábeis	15
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018	22

SENHORES

Atendendo às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Informações Financeiras da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. ("ViaRondon") relativos ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhados do Relatório de Revisão dos auditores independentes.

APRESENTAÇÃO

A diretoria da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) e os representantes da Concessionária ViaRondon assinaram, na tarde do dia 06 de maio de 2009, o contrato de concessão para o trecho oeste da rodovia Marechal Rondon (SP-300), leilado em outubro de 2008. Esse ato transferiu a administração de 416,8 km do Corredor Marechal Rondon Oeste, que compreende 331,13 km da Rodovia Marechal Rondon SP-300 e 85,5 km de 23 rodovias de acessos para a ViaRondon.

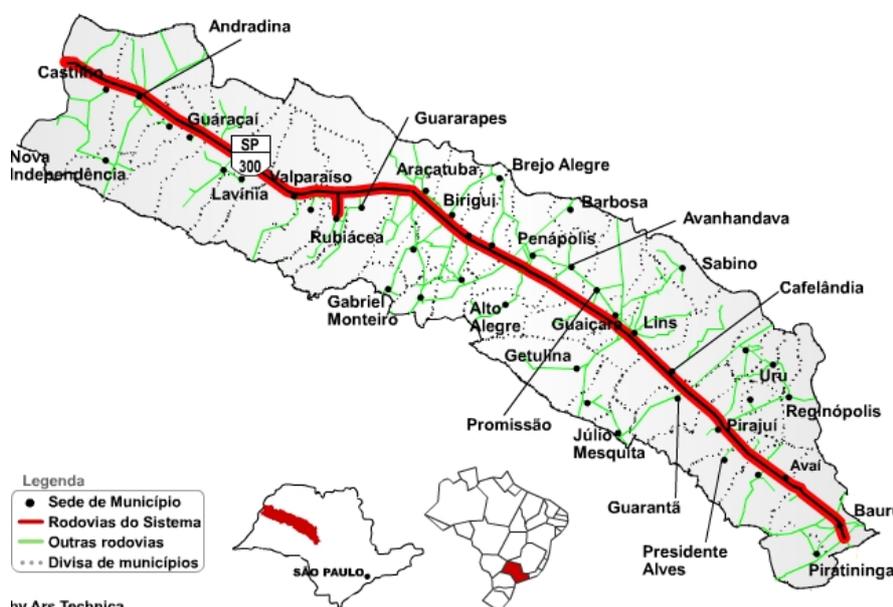
O prazo da concessão é de 30 anos, com outorga fixa no valor de R\$ 411 milhões integralmente paga nos primeiros 18 meses da concessão.

O trecho da Rodovia SP-300 concedido à ViaRondon tem início no município de Bauru, km 336,5, logo após o entroncamento com a rodovia SP-225, até o km 667,63, no município de Castilho/SP, divisa com o estado do Mato Grosso do Sul.

O trecho oeste da rodovia Marechal Rondon (SP-300) é cortado por 25 municípios. São eles: Bauru, Avaí, Presidente Alves, Pirajuí, Guarantã, Cafelândia, Lins, Guaiçara, Promissão, Avanhandava, Penápolis, Glicério, Coroados, Birigui, Araçatuba, Guararapes, Rubiácea, Bento de Abreu, Valparaíso, Lavínia, Mirandópolis, Guaraçai, Murutinga do Sul, Andradina e Castilho. A concessionária prioriza a contratação de mão-de-obra na região desses municípios.

A ViaRondon tem o compromisso, nos 30 anos da concessão, de investir na melhoria da rodovia e na questão da segurança viária, essencialmente para reduzir o número de acidentes. Dessa forma, a economia da região ganha mais agilidade e competitividade, pois um corredor mais seguro agrega vantagens a diversos segmentos, como turismo, comércio, indústria, integração entre as cidades, logística de produtos e serviços. Além desses benefícios, os usuários economizam na manutenção do veículo, no consumo de combustível e no tempo de viagem.

O mapa abaixo mostra o trecho explorado pela Companhia:



Os volumes de tráfego no corredor rodoviário administrado pela Companhia são mais altos nas proximidades das cidades de Bauru, Avaí, Pirajuí, Lins, Guaiçara, Birigui e Araçatuba.

A Companhia tem como principal fonte de receita o recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas acessórias, como a permissão de ocupação da faixa de domínio da rodovia por empresas de telefonia, energia elétrica, saneamento, entre outras.

A Companhia iniciou suas operações em 06 de maio de 2009, cobrando tarifas de pedágio em 4 praças que já operavam sob a administração do DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo. No final do primeiro trimestre de 2010, a Companhia passou a operar em sua plena capacidade, com a construção de mais 4 praças, totalizando 8 praças cobrando de maneira bidirecional. Segue a relação das praças de pedágio e suas respectivas tarifas localizadas no trecho administrado pela Companhia.

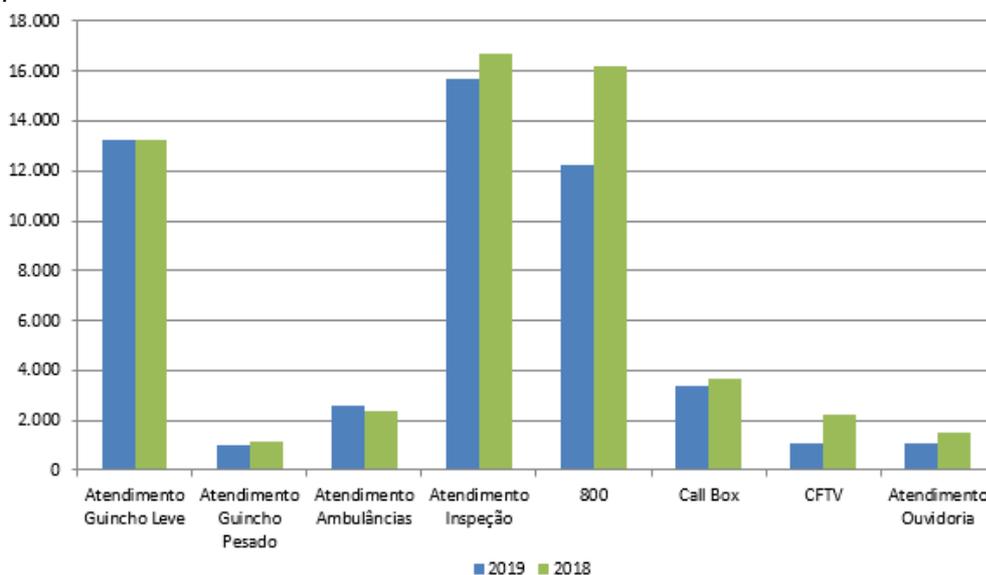
		jul/11	jul/12	jul/13	jul/14	jul/15	jul/16	jul/17	jul/18	jul/19
P1 - Avaí	Km 367 + 700	3,90	4,10	4,10	4,30	4,70	5,10	5,30	5,40	5,70
P2 - Pirajuí	Km 400 + 800	3,60	3,80	3,80	4,00	4,40	4,80	4,90	5,10	5,30
P3 - Promissão	Km 455 + 700	4,30	4,60	4,60	4,80	5,20	5,70	5,90	6,10	6,40
P4 - Glicério	Km 497 + 900	4,80	5,10	5,10	5,40	5,80	6,40	6,60	6,80	7,10
P5 - Rubiácea	Km 562 + 000	4,10	4,30	4,30	4,60	5,00	5,40	5,60	5,80	6,10
P6 - Lavinia	Km 590 + 400	3,30	3,40	3,40	3,60	3,90	4,30	4,50	4,60	4,80
P7 - Guaraçai	Km 621 + 200	3,20	3,30	3,30	3,50	3,80	4,20	4,30	4,50	4,70
P8 - Castilho	Km 655 + 400	2,30	2,50	2,50	2,60	2,80	3,10	3,20	3,30	3,40

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Abaixo quadro detalhado que demonstra o comportamento do tráfego, segregado entre veículos de passeio e comerciais:

	2019				2018			
	Absolutos		Equivalentes		Absolutos		Equivalentes	
	milhares de veículos	%						
TOTAL	22.125	100%	37.776	100%	21.925	100%	38.673	100%
Passeio	16.976	77%	16.731	44%	16.763	76%	16.510	43%
Comerciais	5.149	23%	21.045	56%	5.162	24%	22.163	57%
MÉDIA MENSAL	1.844		3.148		1.827		3.223	
Passeio	1.415		1.394		1.397		1.376	
Comerciais	429		1.754		430		1.847	

Demonstramos a seguir as quantidades de atendimentos executados por nossa equipe operacional:



Abaixo resultado operacional:

	dez/19	dez/18
Resultado antes das despesas financeiras	13.278	38.627
Depreciação	1.667	2.101
Amortização	25.397	34.438
Provisão para manutenção	108.238	60.089
Provisão para contingências	1.409	2.100
EBITDA	149.989	137.355

RECURSOS HUMANOS

Outro grande benefício trazido pela Companhia à região do corredor Marechal Rondon Oeste é geração de empregos diretos e indiretos, através da contratação de mão-de-obra e serviços terceirizados.

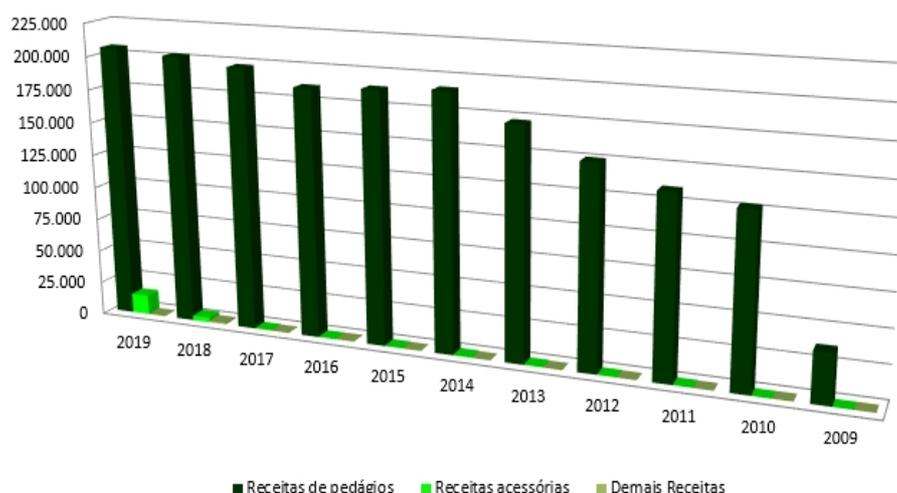
A ViaRondon busca profissionais que compartilhem dos mesmos valores da empresa, ou seja, profissionais atualizados, comprometidos com a segurança e bem-estar dos usuários da rodovia, que exerçam sua responsabilidade sobre o meio ambiente, sua cidadania e, acima de tudo, que sejam transparentes e proativos na geração do desenvolvimento social.

Conforme demonstramos no quadro abaixo, a Companhia tem um compromisso com a diversidade no ambiente de trabalho, adotando uma postura madura diante da pluralidade que nossa sociedade apresenta, acolhendo os colaboradores nas suas diferenças.

Indicadores Pessoais	31/dez/19	31/dez/18
Total de colaboradores diretos	458	465
Feminino	249	256
Masculino	209	209
Colaboradores indiretos	541	592
Pessoas com Deficiências (PCD)	8	10
Estagiários	1	2
Feminino	1	0
Masculino	0	2
Jovens Aprendizizes	18	22
Feminino	10	11
Masculino	8	11

RECEITA BRUTA

Abaixo a evolução da receita bruta ao longo dos anos:



RECEITA DE CONSTRUÇÃO

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Os custos de construção para realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, foram considerados como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e por tanto não o reconhece margem de lucro nas atividades das concessões.

A receita de construção em 31 de dezembro de 2019 foi R\$ 63,7 milhões. Valor superior ao apresentado em 31 de dezembro de 2018 que foi R\$ 13,4 milhões.

CUSTOS

Abaixo detalhamos a estrutura de custos da Companhia:

NATUREZA	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para manutenção	(108.238)	(60.089)
Amortização e depreciação	(27.065)	(36.264)
Serviço de terceiros	(21.299)	(29.755)
Custo com pessoal	(17.305)	(21.974)
Custo de contrato de concessão	(9.868)	(11.363)
Outros	(5.072)	(5.479)
TOTAL	(188.847)	(164.924)

O principal custo é a provisão de manutenção, cuja elaboração se dá pela estimativa financeira de desembolsos com intervenções futuras, relacionadas com a expectativa de tráfego no mesmo período. A variação com relação ao ano de 2018 foi em função da revisão das estimativas de intervenções entre os anos de 2020 a 2024.

Em amortização de intangíveis e depreciações, o principal motivo da variação entre os exercícios, foi a revisão da curva de tráfego em 2018, ajustando assim os custos neste ano.

Abaixo demonstramos os principais custos contemplados nas linhas “Serviço de terceiros”, “Custo de contrato de concessão” e “Outros”:

PRINCIPAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS	31/12/2019	31/12/2018
SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO DE REVESTIMENTO VEGETAL	(6.191)	(7.274)
SERVIÇO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	(6.067)	(5.898)
SERVIÇO DE LIMPEZA	(1.624)	(2.108)
SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	(1.244)	(1.186)
SERVIÇO DE CONSULTORIA JURÍDICA	(1.168)	(1.787)
SERVIÇO DE OPERAÇÃO DAS RODOVIAS	(896)	(1.754)
OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇOS	(4.108)	(9.748)
TOTAL	(21.299)	(29.755)

PRINCIPAIS CUSTOS COM CONTRATO DE CONCESSÃO	31/12/2019	31/12/2018
ÔNUS VARIÁVEL DA CONCESSÃO	(3.310)	(3.319)
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	(2.815)	(3.090)
SEGURO GARANTIA	(908)	(223)
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	(772)	(922)
MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	(538)	(565)
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS	(277)	(367)
OUTROS	(1.248)	(2.876)
TOTAL	(9.868)	(11.363)

OUTROS	31/12/2019	31/12/2018
ENERGIA ELÉTRICA	(1.841)	(1.351)
CONTINGÊNCIAS CÍVEIS	(1.210)	(1.917)
LEGAIS E JUDICIAIS	(262)	(557)
TELEFONIA FIXA E CELULAR	(201)	(210)
CONTINGÊNCIA TRABALHISTA	(199)	(183)
PERDAS ARRECADAÇÃO	(192)	(297)
OUTROS	(1.167)	(963)
TOTAL	(5.072)	(5.479)

INVESTIMENTOS

Os investimentos a serem realizados pela Companhia estão previstos no Contrato de Concessão, que determina metas que a Companhia precisa atingir no prazo da Concessão.

Atualmente, o principal investimento está em Bauru, trata-se da construção de marginais no trecho do km 336+500 metros, até o km 347+700 metros, pista leste e oeste, no entroncamento com a Bauru-Marília (SP-294). Abaixo quadro ilustrativo:



A Companhia pretende financiar a maior parte de seu programa de investimentos por meio da geração de caixa próprio, da contratação de novos financiamentos e da emissão de valores mobiliários no mercado de capitais.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Como parte de sua política de responsabilidade ambiental, a Companhia desde 25 de fevereiro de 2011 as certificações ISO 14001:2004 (Gestão Ambiental), ISO 9001:2008 (Gestão da Qualidade) e na norma OHSAS 18001:2007 (Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional), compondo um sistema de gestão integrado para o escopo de operação de serviços em rodovias, abrangendo os sistemas de apoio aos usuários, atendimento pré-hospitalar e de resgate, monitoramento das rodovias, engenharia, conservação, segurança viária das rodovias.

Nesse sentido, a Companhia tem promovido diversas ações visando conscientizar os funcionários e a população da região para evitar desperdício e poluição ao meio ambiente. Abaixo destacamos algumas:



— 07/02/2020 —

ViaRondon apoia campanha contra o lixo na rodovia



— 13/12/2019 —

Simulado de Acidente na SP-300 em Araçatuba



— 18/10/2019 —

ViaRondon apoia campanha Outubro Rosa 2019



— 18/09/2019 —

Semana Nacional do Trânsito



— 30/05/2019 —

Motociclistas receberão orientação sobre segurança



— 27/05/2019 —

DIA MUNDIAL DE COMBATE À HIPERTENSÃO



— 27/05/2019 —

Turma da Mônica participa da Campanha do Agasalho em 2018



— 27/05/2019 —

Maio Amarelo 2018



— 27/05/2019 —

Motociclistas receberão orientação sobre segurança



— 27/05/2019 —

ViaRondon participa do Junho Vermelho



— 27/05/2019 —

Prevenção de acidentes no trânsito é tema de palestra no CR de Birigui



— 27/05/2019 —

Última ação do mês com motociclistas será realizada amanhã



— 27/05/2019 —

ViaRondon realiza mais etapas do Acorda Motorista



— 27/05/2019 —

ViaRondon realiza Pit Stop Pela Vida em Bauru



— 27/05/2019 —

ViaRondon inicia distribuição de folhetos sobre a leishmaniose

PREMIAÇÕES

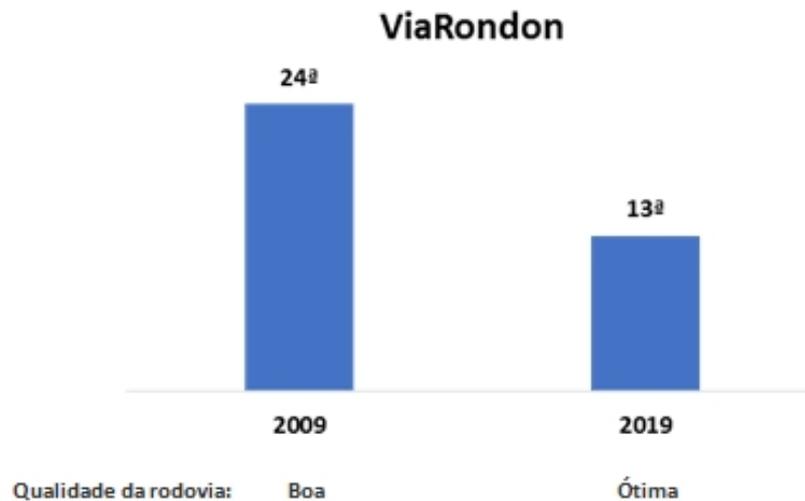
ARTESP

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. recebeu em cerimônia realizada pela ARTESP (Agência de Transporte do Estado de São Paulo), o 1º lugar no quesito Eficiência dos Serviços Operacionais do Prêmio Concessionária do Ano 2018. Foi a segunda vez que a empresa foi considerada a concessionária de rodovia responsável por prestar o melhor serviço a seus usuários no Estado de São Paulo, em 2016 a ViaRondon também foi premiada na mesma categoria. Com a conquista do prêmio, a concessionária reforça sua eficiência e vocação na prestação de serviços aos usuários. E, ao garantir a melhor qualidade de ações como socorro mecânico, guincho, informações e orientações aos usuários, atendimento pré-hospitalar, monitoramento da rodovia e atendimento nas praças de pedágio, acaba contribuindo para a segurança de quem trafega pela rodovia e, conseqüentemente, para a preservação da vida.

Pesquisa CNT de Rodovias

Com o objetivo de apontar as melhores ligações rodoviárias do país, a Confederação Nacional dos Transportes (CNT) realiza, anualmente, a Pesquisa CNT de Rodovias. Nela são avaliados itens fundamentais para a segurança e o conforto do motorista, entre eles: pavimento, sinalização e geometria da pista.

O resultado positivo deste que é um dos mais importantes estudos sobre a infraestrutura rodoviária nacional está diretamente ligado aos investimentos em modernização e conservação que tem sido executado pela ViaRondon



Fonte: CNT - <http://pesquisarodovias.cnt.org.br/>

PARECER DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e também com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09.

AGRADECIMENTOS

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os colaboradores da Companhia.

A ADMINISTRAÇÃO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 - 13º andar
Cj 1308 - Vila do Golf, Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Administradores e Acionistas da
ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A
Lins – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

1. Adições no ativo intangível

Nota Explicativa nº 13 – Ativo intangível

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Os gastos incorridos na construção ou melhoria da infraestrutura usada para prestar um serviço público, para operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo e para obter o direito de exploração da concessão são representados contabilmente pelo ativo intangível da concessão e apresentam valores expressivos em relação ao conjunto das demonstrações contábeis da Companhia. Focamos nossos trabalhos na análise das adições do intangível, uma vez que essas adições podem representar custos não qualificáveis ou que não representem obras efetivamente realizadas para capitalização de acordo com as normas contábeis. Dessa forma, consideramos esse assunto como significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entre outros procedimentos, avaliamos as principais premissas e julgamentos adotados pela Administração da Companhia para a identificação, elegibilidade e registro dos gastos incorporados no ativo intangível, bem como avaliamos o desenho dos controles internos relevantes que suportam as adições registradas na a referida rubrica. Adicionalmente, com base em testes amostrais, confrontamos as adições efetuadas com as respectivas documentações suportes, bem como avaliamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia a respeito desse assunto. Os resultados de nossos procedimentos nos demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela Administração em relação a esse tema são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 03 de março de 2020



Marcelo Castro Valentini
CT CRC 1SP-239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.407	4.897
Aplicações financeiras	9	61.864	62.537
Contas a receber	10	11.624	9.015
Despesas pagas antecipadamente	-	397	457
Adiantamento a fornecedores	-	420	886
Partes relacionadas	11	2.232	2.138
Outros créditos	-	2.811	2.721
Total do ativo circulante		<u>80.755</u>	<u>82.651</u>
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	-	2.140	1.752
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	37.429	22.977
Total do realizável a longo prazo		<u>39.569</u>	<u>24.729</u>
Imobilizado	12	7.030	4.902
Intangível	13	981.573	940.164
Total do ativo não circulante		<u>1.028.172</u>	<u>969.795</u>
Total do ativo		<u><u>1.108.927</u></u>	<u><u>1.052.446</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

PASSIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	72.161	39.160
Debêntures	15	32.239	442.516
Fornecedores	16	52.475	60.505
		-	
Arrendamento por direito de uso	20	1.081	-
Passivo fiscal	-	2.962	3.606
Obrigações sociais	-	3.476	3.651
Provisão para manutenção	17	22.443	14.795
Partes Relacionadas	11	3.337	916
Outras contas a pagar	-	1.143	3.302
Total do passivo circulante		191.317	568.451
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	101.547	128.639
Debêntures	15	429.191	-
Arrendamento por direito de uso	20	673	-
Provisão para manutenção	17	71.317	26.522
Provisão para contingências	19	930	617
Total do passivo não circulante		603.658	155.778
Patrimônio líquido			
Capital integralizado	21	402.651	368.651
Prejuízos acumulados	21	(88.699)	(40.434)
Total do patrimônio líquido		313.952	328.217
Total do passivo		794.975	724.229
Total do passivo e patrimônio líquido		1.108.927	1.052.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações de resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita operacional líquida	22	265.843	202.774
Custo dos serviços prestados	23	(177.707)	(154.532)
Custo de construção	23	(63.718)	(13.355)
Lucro bruto		24.418	34.887
Receitas (despesas) operacionais	-	-	-
Outros resultados operacionais	23.1	-	14.132
Despesas gerais e administrativas	23	(11.140)	(10.392)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		13.278	38.627
Receita financeira	24	4.213	23.669
Despesa financeira	24	(80.209)	(70.483)
Despesas financeiras líquidas		(75.996)	(46.814)
Resultado antes dos impostos		(62.718)	(8.187)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	14.453	3.020
Prejuízo do exercício		(48.265)	(5.167)
Prejuízo básico diluído por ação em reais		(0,09672)	(0,01328)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prejuízo do exercício	(48.265)	(5.167)
Total de resultado abrangente do exercício	<u><u>(48.265)</u></u>	<u><u>(5.167)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Capital integralizado			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Capital a integralizar	Capital integralizado		
Saldos em 1º de janeiro de 2018	389.000	(23.139)	365.861	(35.267)	330.594
Integralização de capital conforme AGE em 04 julho de 2018	-	2.790	2.790	-	2.790
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.167)	(5.167)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	389.000	(20.349)	368.651	(40.434)	328.217
Saldo em 1º de janeiro de 2019	389.000	(20.349)	368.651	(40.434)	328.217
Aumento de capital social a integralizar conforme AGE em 08 de maio de 2019	110.000	(110.000)	-	-	-
Integralização de capital conforme AGE em 08 de maio de 2019	-	34.000	34.000	-	34.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(48.265)	(48.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>499.000</u>	<u>(96.349)</u>	<u>402.651</u>	<u>(88.699)</u>	<u>313.952</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(48.265)	(5.167)
Ajustes para:		
Depreciação	1.667	2.101
Amortização	25.397	34.438
Baixa do ativo imobilizado líquida	78	1.184
Provisão para manutenção	108.238	60.089
Provisão para contingências	313	(501)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	86.993	66.854
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.453)	(3.020)
	<u>159.968</u>	<u>155.978</u>
Aumento (redução) no ativo:		
Contas a receber	(2.609)	4.500
Despesas pagas antecipadamente	60	(207)
Outros créditos	(12)	(1.051)
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	(9.178)	22.344
Passivo fiscal corrente	(644)	650
Obrigações sociais	(175)	(1.585)
Contas a pagar	(2.158)	3.151
Consumo de provisão para manutenção	(55.795)	(64.265)
Impostos pagos sobre o lucro	-	-
Juros pagos	(47.741)	(48.627)
	<u>41.716</u>	<u>70.888</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Partes relacionadas	2.327	(388)
Aplicações financeiras	(112.727)	(85.093)
Resgate das aplicações	113.401	89.172
Aquisição de imobilizado	(3.873)	(2.604)
Adição ao intangível	(63.905)	(17.518)
	<u>(64.777)</u>	<u>(16.431)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Aumento de capital em dinheiro	34.000	2.790
Captação de empréstimos e financiamentos	24.438	-
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(38.867)	(53.821)
	<u>19.571</u>	<u>(51.031)</u>
Caixa líquido gerado das atividades de financiamentos		
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.490)</u>	<u>3.426</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.897	1.471
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>1.407</u>	<u>4.897</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas operacionais	284.408	234.644
Serviços prestados	205.931	202.547
Receita de construção	63.718	13.355
Outras receitas	14.759	18.742
Insumos adquiridos de terceiros	(207.860)	(109.491)
Custos serviços prestados	(21.299)	(29.755)
Custo de construção	(63.718)	(13.355)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(122.843)	(66.381)
Valor adicionado bruto	76.548	125.153
Depreciação de imobilizado	(1.667)	(2.101)
Amortização de intangível	(25.397)	(34.438)
Valor adicionado líquido produzido	49.484	88.614
Receitas financeiras	4.213	23.669
Valor adicionado total a distribuir	<u>53.697</u>	<u>112.283</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	15.280	19.036
Remuneração direta	10.553	13.170
Benefícios	3.845	4.421
F.G.T.S.	826	1.387
Outros	56	58
Impostos, taxas e contribuições	6.334	26.475
Federais	(4.380)	16.606
Estaduais	196	124
Municipais	10.518	9.745
Remuneração de capitais de terceiros	80.348	71.939
Juros	80.209	70.483
Aluguéis	139	1.456
Remunerações de capitais próprios	(48.265)	(5.167)
Prejuízo do exercício	(48.265)	(5.167)
Total distribuição valor adicionado	<u>53.697</u>	<u>112.283</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A (“Companhia”) é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509 Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da Companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“Artesp”), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da Concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.600, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;

- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013;
- Realização de investimentos na rodovia.

Plano estratégico

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 15, durante o 1º semestre de 2019, a Administração da Companhia concluiu as negociações junto aos credores e os aditamentos para formalização das alterações nas cláusulas de *covenants* financeiros enquadrando a Companhia dentro do novo contexto da economia brasileira. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia, tendo em vista que os seus negócios têm se comportado conforme esperado em projetos da mesma natureza.

Se demonstram eficientes os planos da Administração que visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios, visto que no exercício findo em 2019, alcançamos R\$ 149.989 de Ebitda (baseado na metodologia de cálculo definido em contrato com o BNDES), contra R\$ 137.355 para o mesmo período de 2018.

A Administração permanece em busca da contínua eficiência operacional e conseqüentemente redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade..

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Administração em 03 de março de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 12** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 13** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 18** – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 17** – Provisão para manutenção;
- **Nota Explicativa nº 19** – Provisão para contingência.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa:

- Nota Explicativa nº 26 – Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando os mesmos forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i - O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e

ii - Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

i - O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e

ii - Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Receitas financeiras” (Vide Nota Explicativa nº 24).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia.

Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Não aplicável para a Companhia.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Conseqüentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Provisão de manutenção – Contratos de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

b) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

c) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	4 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

d) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

(i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

(ii) Direito de outorga

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “direito de outorga”, no ativo intangível (Nota Explicativa nº 13). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego, sempre que necessário atualizado, pelo prazo da concessão.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

(v) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão (sempre que necessário atualizada), desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Softwares	5 anos
-----------	--------

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros – não derivativos

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são:

(i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019 não gerou impacto nas informações financeiras da Companhia.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(i) Provisão de manutenção – contratos de construção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

h) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

i) Receita operacional

(i) Receita de pedágio

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(ii) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

j) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

l) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

m) Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia como um todo, ou seja, a Companhia está organizada em um único segmento de negócio.

n) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são requeridas pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

7. Novas normas e interpretações revisadas, já emitidas e adotadas

As seguintes normas e alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou os efeitos que essas normas e interpretações tiveram nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações, a saber:

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

A nova norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece o direito de uso de um ativo, que representa o período em que a Companhia possui controle sobre o uso do ativo arrendado, e o correspondente passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento associado ao ativo arrendado. Isenções estão disponíveis para arrendamentos com prazo de vigência inferior a um ano e itens de pequeno montante.

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia optou pela abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a rerepresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo dos dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos.

O impacto da adoção inicial da IFRS 16, no exercício de 2019, está demonstrado a seguir:

	Ativo (Nota nº 13)	Passivo (Nota nº 20)	Despesas
Adoção inicial	2.902	2.902	-
Adição	-	-	-
Pagamento	-	(1.392)	-
Amortização	(1.196)	-	1.196
Juros	-	244	244
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.706	1.754	1.440

Interpretação IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A interpretação esclarece como os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 são aplicados quando há incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL).

A Administração não identificou impactos decorrentes dessa alteração.

Não existem outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

7.1. Novas normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alteração ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Bancos	1.323	4.764
Fundo de troco/numerários trânsito	84	133
	1.407	4.897

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26.

9. Aplicações financeiras

	2019	2018
Aplicações financeiras	61.864	62.537

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e Debêntures, veja maiores detalhes nas Notas Explicativas nºs 14 e 15.

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26.

10. Contas a receber

	2019	2018
Pedágio eletrônico	9.547	6.267
Visa - vale-pedágio	162	198
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	1.565	1.344
DBTrans S/A	215	225
Outros	135	981
	11.624	9.015
Idade de vencimento dos títulos	2019	2018
Créditos a vencer até 30 dias	11.366	7.767
Créditos a vencer até 60 dias	123	267
	11.489	8.034

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não foi apurada perda de créditos esperada para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

11. Transações com partes relacionadas

A seguir, o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Descrição	2019	2018
Diretores estatutários	15	46

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a. Saldos patrimoniais

	Notas	Saldo em aberto em	
		2019	2018
Ativo			
Adiantamentos aos fornecedores			
BRVias Holding VRD S.A.	(i)	1.213	1.154
BRVias S.A.	(v)	1.019	984
Total		2.232	2.138
Passivo			
Serviços prestados			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	(377)	(484)
Splice Ind. e Com de Serviços	(iii)	(2.951)	(418)
Outros	(iv)	(9)	(14)
Total		(3.337)	(916)
Total líquido		(1.105)	1.222

b. Transações que afetaram o resultado

	Notas	Valor da transação no resultado	
		2019	2018
Serviços prestados			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	(1.546)	(2.166)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	(9.059)	(2.277)
BRVias S.A.	(v)	(3.231)	(3.545)
Avine Engenharia Ltda EPP	(iv)	(287)	-
Outros	(iv)	(228)	(170)
Total		(14.351)	(8.158)

- (i) Serviços administrativos de publicações de balanço, atas e outros;
- (ii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iii) Execução de conserva verde e serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (iv) Serviços de consultoria administrativa;
- (v) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados;

12. Imobilizado

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	4.375	5.065	1.923	2.020	13.383
Adições	169	893	89	1.453	2.604
Baixas	(1)	-	(5)	(1.453)	(1.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.543	5.958	2.007	2.020	14.528
Adições	349	809	386	2.329	3.873
Baixas	(49)	-	(11)	(18)	(78)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.843	6.767	2.382	4.331	18.323
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(2.869)	(2.907)	(1.030)	(994)	(7.800)
Depreciação no exercício	(594)	(435)	(197)	(600)	(1.826)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.463)	(3.342)	(1.227)	(1.594)	(9.626)
Depreciação no período	(493)	(540)	(199)	(435)	(1.667)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3.956)	(3.882)	(1.426)	(2.029)	(11.293)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2018	1.080	2.616	780	426	4.902
Em 31 de dezembro de 2019	887	2.885	956	2.302	7.030

13. Intangível

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga (i)	Outros-concessão (ii)	Software	Direito de uso	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2018	35.120	465.419	8.080	413.597	163.562	3.289	-	1.089.067
Aquisições e construções	-	4.338	26	-	13.142	12	-	17.518
Saldo em 31 de dezembro de 2018	35.120	469.757	8.106	413.597	176.704	3.301	-	1.106.585
Aquisições e construções	51	20.667	49	-	42.952	186	2.902	66.807
Saldo em 31 de dezembro de 2019	35.171	490.424	8.155	413.597	219.656	3.487	2.902	1.173.392
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(9.658)	(41.485)	(1.945)	(63.984)	(13.827)	(1.085)	-	(131.984)
Amortização do exercício	(1.110)	(14.717)	(256)	(13.079)	(5.172)	(104)	-	(34.438)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(10.768)	(56.202)	(2.201)	(77.063)	(18.999)	(1.189)	-	(166.422)
Amortização do período	(768)	(10.274)	(177)	(9.045)	(3.865)	(72)	(1.196)	(25.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(11.536)	(66.476)	(2.378)	(86.108)	(22.864)	(1.261)	(1.196)	(191.819)
Valor líquido contábil								
Em 31 de dezembro de 2018	24.352	413.555	5.905	336.534	157.705	2.112	-	940.164
Em 31 de dezembro de 2019	23.635	423.948	5.777	327.489	196.792	2.226	1.706	981.573

Arrendamento mercantil

Os valores contábeis líquidos, do ativo intangível, por categoria de ativo, adquiridos e registrados por meio de arrendamento em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, e com contrapartida no passivo, conforme Nota Explicativa nº 20, são como segue:

	2019	2018
Direito de uso	1.706	-
	1.706	-

Os direitos de uso são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação e consideram a expectativa de renovação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos.

- (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	2009
Valor da outorga	411.000
Ajuste ao valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

14. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 26.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	2019	2018
Finame-BNDES (i)	5,50%	-	2021	200	370
Finem-BNDES (ii)	5,95%	TJLP	2025	80.399	99.580
Finem-BNDES (ii)	2,0518%	UMIPCA-M.	2025	40.268	49.875
CCB	5,40%	CDI	2020	27.376	16.571
CCB	1,35%	CDI	2020	22.507	-
Leasing	11,62% a 15,50%	-	2017 - 2022	2.958	1.403
				173.708	167.799
Passivo circulante				72.161	39.160
Passivo não circulante				101.547	128.639

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens;

Composição por vencimento:

	2019	2018
Vencimento em		
2021	36.395	41.121
2022	26.801	38.819
Acima 2023	38.351	48.699
	101.547	128.639

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	2019	2018
Saldos iniciais	167.799	205.830
Variação do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(36.610)	(40.950)
Pagamentos de juros	(13.708)	(15.950)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(50.318)	(56.900)
Outras variações		
Novas captações	24.438	-
Despesas de juros	31.789	18.869
Total de outras variações	56.227	18.869
Saldos finais	173.708	167.799

- (ii) Em 14 de dezembro de 2011, a Companhia firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais Unidade Monetária IPCA (UMIPCA-M), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Deste montante, até 31 de dezembro de 2019, foram liberados R\$ 274.246.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 498 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 261. Em 31 de dezembro de 2019, o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 498.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes:

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da Companhia cujo valor supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$ 20.000 (valor atualizado anualmente no dia 31 de janeiro de cada ano pelo IPCA anterior), com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:
 - § Patrimônio líquido/ativo total maior ou igual a 20%;
 - § Índice de Cobertura da Dívida (ICSD) superior a 1,2;
 - § Manter o índice “dívida líquida/EBITDA anualizado” igual ou menor do que cinco até dezembro de 2015, e igual ou menor do que quatro a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, conforme obrigações contratuais. A Companhia atingiu, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o índice de dívida líquida/EBITDA de 2,01, ICSD de 3,35 e PL/AT de 28,3%.

15. Debêntures

Tipo de operação	Valor da emissão	Data liberação	Vencimento	Taxa de juros a.a.	2019	2018
Debêntures	300.000	04/06/2012	04/06/2027	8,15% a.a. + IPCA	461.430	442.516
Circulante					32.239	442.516
Não circulante					429.191	-

Composição por vencimento:

	2019	2018
Vencimento em		
2021	48.144	-
2022	51.408	-
2023 a 2027	329.639	-
	429.191	-

Movimentação das debêntures:

	2019	2018
Saldos iniciais	442.516	440.079
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento do principal	(2.257)	(12.871)
Pagamentos de juros	(34.033)	(32.677)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(36.290)	(45.548)
Outras variações		
Despesas de juros	55.204	47.985
Total de outras variações	55.204	47.985
Saldos finais	461.430	442.516

Em 04 de junho de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027.

Em 15 de abril de 2019, mediante deliberação em assembleia geral de debenturistas, a Companhia obteve aprovação para alteração de algumas condições da escritura de emissão de debêntures, principalmente, as curvas de pagamento e de *covenants* e também a anuência para o descumprimento de *covenants*.

As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 8,15% a.a. conforme definido em ata da Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 15 de abril de 2019.

Cada uma das debêntures fará jus aos juros, pagáveis a cada período de 12 meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Manter os seguintes índices financeiros;
- Índice de cobertura da dívida ICSD superior a 1,3;
- Manter o índice "dívida líquida/EBITDA anualizado; menor ou igual a 5,1, até dezembro de 2014; menor ou igual a 4,5, até dezembro de 2015; menor ou igual a 3,5, até dezembro de 2017; menor ou igual a 6,0, até dezembro de 2018; menor ou igual a 5,3 até dezembro de 2019; menor ou igual a 4,7 até dezembro de 2020; menor ou igual a 4,6 até dezembro de 2021; menor ou igual a 4,0 até dezembro de 2022; menor ou igual a 3,5 até dezembro de 2023; menor ou igual a 3,0 até dezembro de 2024; menor ou igual a 2,5 até dezembro de 2025; e menor ou igual a 2,0 até dezembro de 2026;
- Manter o índice "dívida líquida/patrimônio líquido" anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
- Patrimônio líquido/ativo total maior ou igual a 20%;

- Manter o índice “EBITDA/despesas financeira” anualizado maior ou igual 1,5, até dezembro de 2016; maior ou igual a 2,0, até dezembro de 2017; maior ou igual a 1,5, até dezembro de 2021; maior ou igual a 1,7, até dezembro de 2022; maior ou igual a 1,9, até dezembro de 2023; maior ou igual a 2,5, a partir de dezembro de 2024.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findo dezembro de cada ano.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 960 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação.

O montante reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 149. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 960.

16. Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores diversos	31.582	42.461
Medições a pagar	9.310	4.785
Retenções (i)	11.583	13.259
Total	52.475	60.505

- (i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

	2019	2018
A vencer		
De 1 a 30 dias	15.345	12.698
De 31 a 60 dias	5.109	2.764
De 61 a 90 dias	3.463	1.457
De 91 a 180 dias	2.769	2
De 181 a 360 dias	293	5.436
	26.979	22.357
Vencidas		
Até 30 dias	2.313	13.163
De 31 a 60 dias	568	2.623
De 61 a 90 dias	2	25
De 91 a 180 dias	18	636
De 181 a 360 dias	483	2.223
A mais de 360 dias	1.219	1.434
	4.603	20.104
	31.582	42.461

17. Provisão para manutenção – Contrato de concessão

A Companhia constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado a seguir:

	2019	2018
Passivo circulante	22.443	14.795
Passivo não circulante	71.317	26.522
Total	93.760	41.317

Movimentação da provisão para manutenção

Em 1º de janeiro de 2018	45.493
Realização por consumo	(64.265)
Adições	60.089
Em 31 de dezembro de 2018	41.317
Realização por consumo	(55.795)
Adições	108.238
Em 31 de dezembro de 2019	93.760

18. Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, referentes à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	2019	2018
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	38.138	36.308
Provisão para manutenção	31.878	14.049
Outras provisões temporárias	473	210
	70.489	50.567
Passivo		
Custos dos empréstimos	(1.939)	(1.773)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(31.121)	(25.817)
	(33.060)	(27.590)
	37.429	22.977

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	2019	2018
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	38.138	36.308	1.830	3.792
Provisão para manutenção	31.878	14.049	17.829	(1.419)
Outras provisões temporárias	473	210	263	(170)
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	-	-	-	-
	70.489	50.567	19.922	2.203
Passivo				
Custos dos empréstimos	(1.939)	(1.773)	(166)	(441)
Intangíveis - efeito temporário	(31.121)	(25.817)	(5.304)	(1.258)
	(33.060)	(27.590)	(5.470)	(1.699)
	37.429	22.977	14.453	504

(*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) – Tributos Sobre o Lucro.

a. Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	2019	2018
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	112.231	106.788

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A Companhia, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prevê que a utilização desses se dará até o exercício de 2025, como demonstrado abaixo:

2021	7.376
2022	26.118
2023	31.371
2024	37.371
2025	9.995
	112.231

b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

Descrição	2019	2018
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(62.718)	(8.187)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	21.324	2.784
(-) Adições permanentes	(1.700)	(1.336)
(+) Exclusão permanente	38.964	22.638
(+/-) Outros créditos não reconhecidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.453	3.020
	-23%	37%

19. Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2019, está provisionado o montante de R\$930 (R\$ 617 em 31 de dezembro de 2018), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2018	539	78	617
Provisão	1.210	199	1.409
Reversão de Provisão	(1.068)	(28)	(1.096)
Saldo final 31 de dezembro de 2019	681	249	930

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 8.485 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 7.879 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 35.900 (Nota Explicativa nº 27) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	31	8.346	64	3.847
Trabalhistas	5	139	100	4.032
Total	36	8.485	164	7.879

20. Arrendamento por direito de uso

	31/12/2019	31/12/2018
Outros passivos circulantes	1.081	-
Total dos outros passivos circulantes	1.081	
Outros passivos não circulantes	673	-
Total dos outros passivos não circulantes	673	

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$ 499.000 (em 31 de dezembro de 2018, R\$ 389.000), sendo já integralizados R\$ 402.651 (em 31 de dezembro de 2018, R\$ 368.651) e a integralizar R\$ 96.349 (em 31 de dezembro de 2018, R\$ 20.349), e está representado por 249.500.000 de ações ordinárias e 249.500.000 de ações preferenciais (mesmas quantidades em 31 de dezembro de 2018).

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 14, por conta do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia não poderá distribuir dividendos superiores ao dividendo mínimo obrigatório.

22. Receita operacional líquida

A seguir, a composição da receita operacional líquida:

	2019	2018
Receita de pedágios	205.931	202.547
Receitas acessórias	14.650	3.588
Receita de construção	63.718	13.355
Outras receitas	109	1.022
Tributos incidentes	(18.565)	(17.738)
	265.843	202.774

23. Gastos por natureza

Abaixo a composição do custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais:

	2019	2018
Serviços de terceiros	(21.299)	(29.755)
Com pessoal	(17.305)	(21.974)
Amortização e depreciação	(27.065)	(36.264)
Constituição de provisão para manutenção	(108.238)	(60.089)
Custo de contrato concessão	(9.868)	(11.362)
Outros	(5.072)	(5.480)
Total	(188.847)	(164.924)
Custo dos serviços prestados	(177.707)	(154.532)
Despesas administrativas e gerais (i)	(11.140)	(10.392)
Custo de construção	(63.718)	(13.355)

(i) As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal.

23.1. Outros resultados operacionais

O saldo de R\$ 14.132 registrado nas demonstrações contábeis do exercício de 2018 no grupo de “Outros resultados operacionais” é referente a receita acessória oriunda da celebração de contrato de permissão de direito de passagem e uso de faixa de domínio.

24. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram:

	2019	2018
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.213	3.377
Outras receitas financeiras	-	(*) 20.292
Total das receitas financeiras	4.213	23.669
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(69.079)	(63.692)
Outras despesas financeiras	(11.130)	(6.791)
Total das despesas financeiras	(80.209)	(70.483)
Resultado financeiro líquido	(75.996)	(46.814)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia registrou uma receita extraordinária de R\$ 34.424, sendo R\$ 14.132 como receita acessória (Nota Explicativa nº 23.1) e R\$ 20.292 (*) como juros e correção monetária, decorrente do encerramento do processo junto à empresa de telefonia que resultou em um acordo sobre a regularização da passagem de fibra ótica na faixa de domínio da Companhia, do período de 06 de maio de 2009 a 05 de maio de 2018.

25. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

	Resultado do período	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação Básico e diluído - R\$ - expresso em reais
2019	(48.265)	499.000.000	(0,09672)
2018	(5.167)	389.000.000	(0,01328)

26. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

31 de dezembro de 2019	Notas	Custo amortizado	
		2019	2018
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.407	4.897
Aplicação financeira	4	61.864	62.537
Contas a receber de clientes	5	11.624	9.015
Outros créditos		2.811	2.721
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	9	173.708	167.799
Debêntures	10	461.430	442.516
Fornecedores e partes relacionadas passivas	11	55.812	61.421

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2019.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, redução do tráfego e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento das necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

Cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

Em 31/12/2019	Contábil	Fluxo contratual	2020	2021	Acima de 2022
Empréstimos e financiamentos	173.708	178.550	77.305	36.395	64.850
Debêntures	461.430	689.283	48.144	51.408	589.731
Fornecedores e partes relacionadas passivas	52.475	52.475	52.475	-	-
	687.613	920.308	177.924	87.803	654.581

Em 31/12/2018	Contábil	Fluxo contratual	2019	2020	Acima de 2021
Empréstimos e financiamentos	167.799	198.623	54.221	44.812	99.590
Debêntures	442.516	627.160	54.822	59.146	513.913
Fornecedores e partes relacionadas passivas	61.421	61.421	61.421	-	-
	671.736	887.204	170.464	103.958	613.503

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2019 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente, não apresenta exposição aos riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Perfil

Na data das informações do período, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do IPCA, CDI e TJLP, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são apresentadas abaixo:

		Valor contábil	
		31/12/2019	31/12/2018
Instrumentos de taxa prefixada			
Empréstimos e financiamentos		3.158	1.773

	Risco	Valor contábil	
		31/12/2019	31/12/2018
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	49.883	16.571
Empréstimos e financiamentos	TJLP	80.399	99.580
Empréstimos e financiamentos	UM-IPCA	40.268	49.875
Debêntures	IPCA	461.430	442.516

(iv) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do IPCA e TJLP.

(v) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa do IPCA de acordo com as projeções obtidas pelo Bacen – Relatório FOCUS e a TJLP obtida no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), ambas em 31 de dezembro de 2019.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA e TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(vi) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do IPCA e TJLP é apresentada na tabela na próxima página.

(vii) Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – depreciação das taxas

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais das informações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(viii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Instrumentos	Exposição 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	80.399	Aumento TJLP	5,09%	(4.092)	6,36%	(5.115)	7,64%	(6.138)
Empréstimos e financiamentos	40.268	Aumento UMIPCA	2,0676	(83.259)	2,5845	(104.074)	3,1014	(124.888)
Capital de giro	49.883	Aumento CDI	4,40	(219.485)	5,50	(274.357)	6,60	(329.228)
Debêntures	461.430	Aumento IPCA	4,31%	(19.888)	5,39%	(24.860)	6,47%	(29.831)
Total dos passivos financeiros	631.980			(326.724)		(408.405)		(490.086)
Impacto no resultado do período apresentado						(81.681)	(163.362)	

Instrumentos	Exposição 2019	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	80.399	Aumento TJLP	5,09%	4.092	3,82%	3.069	2,55%	2.046
Empréstimos e financiamentos	40.268	Aumento UMIPCA	2,0676	83.259	1,5507	62.444	1,0338	41.629
Capital de giro	49.883	Aumento CDI	4,40	219.485	3,30	164.614	2,20	109.743
Debêntures	458.920	Aumento IPCA	4,31%	19.779	3,23%	14.835	2,16%	9.890
Total dos passivos financeiros	629.470			326.616		244.962		163.308
Impacto no resultado do período apresentado						81.654	163.308	

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Maio/2019 a maio/2020	78.846
Garantia ampliação	Maio/2019 a maio/2020	130.585
Operacionais	Maio/2019 a maio/2020	267.000
Responsabilidade civil	Maio/2019 a maio/2020	35.900
Engenharia	Maio/2019 a maio/2020	12.320

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Empresa.

28. Benefícios aos empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: auxílio-creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da empresa conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

29. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto aos eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 27.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível aos questionamentos e às penalidades cabíveis, caso não esteja atendendo às obrigações licitatórias.

Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas informações financeiras.

30. Compromissos

Decorrente da verba de fiscalização

A Companhia assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Entretanto, em 27 de junho de 2013, foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão.

A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e conseqüentemente cumprir as metas contratuais.

31. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 63.905, dos quais R\$ 1.624 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado (fornecedores) para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

32. Eventos subsequentes

Em 27 de fevereiro de 2020 a Companhia finalizou com sucesso o processo da 2ª emissão de debêntures no montante de R\$ 700 milhões, cujo objetivo estratégico foi readequar o perfil de sua estrutura de capital, reduzindo custos e alongando prazos.

Corona vírus

Neste momento, dada a incerteza do cenário, não é possível mensurar os impactos econômicos futuros no resultado da Companhia.

A Companhia segue monitorando o assunto, adotando medidas de austeridade em sua gestão de caixa e acompanhando estritamente as recomendações das autoridades de saúde do país e da Organização Mundial de Saúde.

* * *

Diretoria

Marcos Máximo de Novaes Mendonça
Diretor Financeiro

José Efraim Neves da Silva
Diretor Administrativo

Ricardo de Souza Adenes
Diretor de Relações com Investidores

Fábio Abritta Filho
Diretor Presidente

Guilherme Bastos Martins
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Antônio Roberto Beldi

Paulo Sergio Coelho

Ricardo Constantino

Ricardo de Souza Adenes

Contador

Marcelo Carlos Biancolini
Contador – CRC/SP nº 1SP236252/O-0